

# Governo monta base de apoio

JORNAL DO BRASIL  
Rosângela Bittar

O presidente Fernando Collor recebeu de seus líderes no Senado e na Câmara dos Deputados a garantia de que há condições para a formação de uma base de sustentação do governo no Congresso, que seria integrada por 38 senadores do PFL, PRN, PDS, PDC e PTB e entre 130 e 140 deputados do PFL e PRN, além dos aliados nas bancadas do PDC, PDS e PTB. "Esse é o grupo consolidado. A partir dele podemos pensar em composições", disse o senador Marco Maciel (PFL-PE), líder do governo no Senado, fazendo distinção entre base e maioria. "Estamos organizando a base, não a maioria, que é eventual", explicou.

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acrescentou que a base é formada com parlamentares que têm afinidades com o governo, mas não se trata de um bloco governista. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), líder do governo na Câmara, esclareceu que, nesta base parlamentar, poderão estar todos os moderados de qualquer partido, ou quem mais queira apoiar o governo em qualquer votação. Eles estão contando com a adesão, por exemplo, do PSDB, que em inúmeras votações poderá estar ao lado do governo.

Passarinho tem exemplos para mostrar que, por falta de uma articulação mínima, o governo tem perdido no Congresso algumas votações que poderia ganhar tranquilamente. Em lugar disso, os projetos vão tramitando e, quando o governo se dá conta, já perdeu. Com isso, o presidente Collor é obrigado a se desgastar, usando o veto para projetos que poderiam ter sido negociados se contasse com uma base parlamentar.

**Fisiologia** — Tanto os parlamentares governistas, como o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, fazem questão de evitar as comparações entre a formação dessa base e o antigo Centrão que, na Constituinte, sustentou o governo do ex-presidente José Sarney em troca de favores. Isso é diferente, também, segundo atesta o ministro da Justiça, do que acontecia nos governos militares. "Não se trata de cobalização do governo Collor", garantiu ontem Passarinho, referindo-se à entrega da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) para o PTB, durante o governo do general João

Figueiredo. Os petebistas fizeram uma administração desastrada e saíram da Cobal acusados de corrupção.

"O presidente não quer fazer renascer o Centrão, não participei de nenhuma reunião com essa perfil", garantiu o senador Marco Maciel. "O que queremos é deixar nítida a nossa base, para que o governo tenha seus projetos aprovados com mais freqüência". O senador Esperidião Amin (PDS-SC), colocado no grupo dos aliados eventuais, explicou que a diferença entre a base governista que se articula e o Centrão é o caráter ideológico do grupo que atuou na Constituinte. "As pessoas que têm a disposição e até o compromisso de apoiar o Collor, mesmo formando um grupo heterogêneo ideologicamente, devem estar articuladas para que possam votar um assunto do governo, mas não necessariamente dentro do bloco de apoio incondicional ao governo", ponderou Amin.

**Estabilidade** — O senador catarinense dá respaldo teórico à formação do novo grupo. Segundo sua opinião, embora a atual composição do Senado e da Câmara tenha surgido de uma eleição realizada um ano após a do presidente Collor, isso não desobriga os senadores e deputados de ter responsabilidade pelo que acontece ao país. "O fato de sermos um fato político pós-Collar, não nos torna irresponsáveis pelo governo dele", explicou Amin. A seu ver, se o vitorioso tivesse sido Luís Inácio Lula da Silva, do PT, a situação estaria ainda pior e a base de sustentação do governo menor do que hoje. "Collor não tem a coleira, a rédea, o patrulhamento dos militantes do PT. Collor não é propriedade de um partideiro", ironizou.

Na noite de terça-feira passada, o ministro Jarbas Passarinho jantou, na casa do senador Jonas Pinheiro (PTB-AM), com os senadores que formarão a base de sustentação ao governo na discussão e votação do Emendão e da reforma tributária de emergência. "O que temos discutido é que a estabilidade política e o enfrentamento dos problemas econômicos exigem uma base definida no Congresso", disse Marco Maciel. Há um espaço, segundo o líder do governo no Senado, em que os partidos podem se acertar sem abrir mão de seus programas ou de seus compromissos, e é este espaço que o governo vai buscar.